

# Os sentidos da expressão *língua materna* na Idade Média

José Edicarlos de Aquino<sup>1</sup> (UNICAMP)

Resumo: Este trabalho objetiva analisar os sentidos da expressão *língua materna* na Idade Média. O referencial teórico-metodológico é o da História das Ideias Linguísticas. Nosso *corpus* é constituído pelos primeiros registros conhecidos da expressão *língua materna*. Ao longo dos séculos X e XI, período em que o latim era uma língua que se devia aprender, os vernáculos eram chamados *língua rusticana* ou *rustica*, *sermo rusticus*, *rustice*, *pagensis lingua*, *língua rusticorum*, *romana lingua*, *romane* e, finalmente em 1119, *materna lingua*. Todos esses registros são encontrados em textos escritos em latim, nos quais expressão *língua materna* aparece em oposição justamente ao latim. A partir de Dante Alighieri, a expressão *língua materna* passou a ser escrita em língua materna, possibilitando uma nova rede de sentidos. Dessa forma, tem-se *parlar materno* na Divina Comédia (1304-1321); *langage commun et maternel* no prólogo da tradução das *Éticas*, de Aristóteles, feita por Nicolau de Oresme (1361); *langue naturelle et maternelle* na obra *Gargantua e Pantagruel*, de Rabelais (1532); *langage François ou maternel* na *Ordonnance* de Moulins (1490); *langage maternel françois et non autrement* na *Ordonnance* de Villers-Cotterêts (1539). Adiantamos como resultado do nosso trabalho que a *língua materna* é uma invenção do Ocidente medieval, forjada diante da *língua paterna* (*patrius sermo*, o latim) em um duplo movimento: da *língua paterna*, pensada enquanto estrutura, surge a *língua materna*, outra estrutura, pois do latim nascem os vernáculos, e, da *língua paterna*, pensada enquanto discurso(s) sobre a língua, surge a *língua materna*, outro(s) discurso(s) sobre a língua.

## 1) Apresentação

Este trabalho tem como objeto os sentidos da expressão *língua materna* na Idade Média. Somos sensíveis ao fato de que a expressão *língua materna* mobiliza sentidos muito diferentes. Por outro lado, ela nunca deixa de produzir efeitos de reconhecimento ao ser enunciada. Acreditamos que esses efeitos são dados – talvez não exclusivamente – pela forma como ela é nomeada. Dito isso, esclarecemos que nossa pergunta recai sobre o nome da língua. Inquieta-nos saber *por que língua materna* – e não simplesmente *língua*.

Nosso referencial teórico-metodológico é o da História das Ideias Linguísticas. Com isso, queremos dizer que, ao percorrer e analisar os sentidos da expressão no período indicado, procuraremos articular língua e metalinguagem, ou melhor, língua e discurso sobre a língua, colocando como elementos fundamentais de análise aquilo que Auroux (1992) chama de horizonte de projeção e horizonte de retrospectão, isto é, a constituição simultânea de um passado e um futuro do momento histórico que nos interessa a partir dos próprios textos analisados.

Trazendo Auroux (1992), Chevalier e Delesalle (1986), Guimarães (2004, p. 11) nos adverte que “é preciso que uma história das ideias considere uma análise das obras específicas pertinentes, as instituições em que este saber se constitui e os acontecimentos que, nestas instituições, catalisam aspectos específicos da produção deste saber”.

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta resultados parciais do Projeto de Pesquisa: “O QUE HÁ DE MATERNO NA LÍNGUA? Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX”, com financiamento FAPESP, processo n. 2009/13489-2, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carolina María Rodríguez Zuccolillo.

Considerando que uma história das ideias linguísticas envolve – de forma não somatória – as instituições, os acontecimentos e as obras, admitimos que, em nosso trabalho, atentaremos as obras, especificamente, no nosso caso, escritas da Idade Média em que figuram os primeiros registros conhecidos da expressão *língua materna*.

Atribuir à primeira língua que se aprende o nome de *língua materna*, caracterizando essa língua como *aquela que se tira da mãe*, pode parecer um gesto banal, até mesmo esperado. No entanto, para questionar essa evidência, é necessário atentar-se a dois fatos. Em primeiro lugar, não se encontram, no Ocidente, registros da expressão *língua materna* antes do século XII. Em segundo lugar, mesmo que a expressão esteja ligada a sentidos como *primeira língua*, *língua da terra-mãe*, *língua das origens*, esses sentidos foram constituídos em certas condições de produção e em certos espaços, que se transfiguram, se tornam outros e, por isso mesmo, depõem contra qualquer sentido literal ou natural que se queira atribuir à expressão.

Consideramos plausível, embora limitante, a associação entre *língua materna* e *mãe*, e por extensão, *mulher*. Essa associação está posta no termo *materno*, isto é, o próprio significante *materno* permitiria estabelecer essa relação. Segundo Tombeur (2005), *maternidade*, da qual se deriva o adjetivo *materna*, só bem recentemente passou a ser associada à figura da mulher. O primeiro registro do substantivo *maternitas* (“maternidade”) é em uma tradução feita a partir do grego por Jean Scot, por volta do ano de 858 da era cristã. O termo original grego *mètris,-idos*, encontrado nas obras de Platão e Plutarco, tinha o sentido de *terra natal*, estando em paralelo com *patris,-idos*, *dos ancestrais*, *terra dos ancestrais*, *pátria*. Desconhecida sob a forma latina até o século VII, e, nesse momento, com o sentido de *terra natal*, *maternitas*, raramente empregado, reaparece no século XII, com o sentido de *qualidade de uma igreja catedral*, *maternidade espiritual da Igreja*. É para evocar a *maternidade de Maria* que *maternitas* vai aparecer nas obras de Jean de Würzburg, Tomás de Aquino e Raimundo Lúlio, grandes pensadores medievais.

Com efeito, por meio da atribuição do significante *mãe* ou *maternal* ao significante *língua*, reverberam muitos sentidos: *fala infantil*, *linhagem sanguínea*, *clã*, *oralidade*, *território*, *comunidade*, *povo*, *línguas regionais* e *nacionais*, *nação*. A expressão *língua materna* se espalha por toda Europa medieval a partir do século XII d.C. Antes desse período, há apenas um único registro de tal denominação, nas *Metamorfoses*, de Ovídio, onde se lê: *illic inmeritam maternae pendere linguae*, *Andromedan poenas iniustus iusserat Ammon*, tratando-se, nesse caso, não de *língua*, mas de *fala*, pois, na Antiguidade Clássica, eram os significantes *lingua propria*, *lingua nativa*, *lingua sua* ou *nativa lingua* que se empregavam para nomear a *primeira língua*, sentido hoje atribuído à *língua materna*. Da mesma forma, quando se queria nomear a *língua da tradição*, *das origens*, outro sentido atribuído à *língua materna*, o termo empregado era *sermo patrius* (língua do pai). Esta era a língua falada em Roma: o *sermo patrius* (ou *lingua patria*), o latim, língua na qual eram feitas a liturgia, as gramáticas, os tratados de lógica e retórica, bem como as diversas atividades intelectuais e científicas.

## 2) Os primeiros registros da expressão *língua materna*

Existem duas hipóteses sobre o surgimento da expressão *língua materna* na Idade Média: a de Batany (1982) e a de Grondeux (2008). Para os dois autores, *língua materna* é

formada a partir de *sermo patrius*. Eles discordam, no entanto, justamente na origem de *sermo patrius*.

Grondeux (2008) afirma que Guiberto de Nogent foi leitor de Ovídio, e nesse último pode ter encontrado a expressão *maternae linguae*, a partir da qual cria a expressão *sermo maternus*, locução mais próxima do antigo *sermo patrius*. Dessa forma, *sermo maternus* estaria ligada à expressão latina *sermo patrius* tal como empregada nos textos antigos.

Para Batany (1982), os cleros medievais recuperam o léxico clássico *patrius sermo*, sob a forma *patria voce*<sup>2</sup>, do livro de *Macabeus*, já que escritores como Lucrécio e Propércio seriam pouco lidos na Idade Média. Há cinco registros da expressão *patria voce* no segundo livro de *Macabeus* (VII, 8, 21, 27; XII, 37; XV, 29) e nenhum registro no primeiro livro. Reproduzimos abaixo os trechos<sup>3</sup>:

*at ille respondens patria voce dixit non faciam propter quod et iste sequenti loco primi tormenta suscepit* (Mc2 VII, 8)

“Ele, porém, na **língua de seus pais**, respondeu: “não!” Por isso, foi também submetido aos mesmos tormentos que o primeiro.”

*singulos illorum hortabatur patria voce fortiter repleta sapientia et femineae cogitationi masculinum animum inserens* (Mc2 VII, 21)

“A cada um deles exortava na **língua de seus pais**, cheia de nobres sentimentos, animado com ardor viril o seu raciocínio de mulher. E lhes dizia:”

*itaque inclinata ad illum inridens crudelem tyrannum ait patria voce fili mi miserere mei quae te in útero decem menses portavi et lac triennio dedi et alui et in aetatem istam perduxit* (Mc2 VII, 27)

“Inclinou-se para este e, ludibriando o cruel tirano, assim falou na **língua de seus pais**: “Filho, tem compaixão de mim, que por nove meses te trouxe em meu seio e por três anos te amamentei, alimentei-te e te eduquei até esta idade, provendo sempre ao teu sustento.”

*Incipiens voce patria et cum hymnis clamorem extollens fugam Gorgiae militibus incussit* (Mc2 XII, 37)

“A Seguir, entoando o grito de guerra com hinos na **língua paterna**, arremessou de surpresa contra os homens de Górgias, constrangendo-os à retirada.”

*facto itaque clamore et perturbatione suscita patria voce omnipotentem Dominum benedicebant* (Mc2 XV, 29)

“Seguiu-se um clamor confuso, enquanto, na **língua de seus pais**, bendiziam o Soberano.”

Para os leitores da Idade Média e do século XVII, *patria voce* significava “em hebraico” (Batany, 1982). Em duas dessas passagens (Mc2 VII, 21 e Mc2 VII, 27), o portador da *patria voce* é uma mulher, uma mãe que encoraja seus sete filhos durante seu martírio. Com “o seu

<sup>2</sup> O que, segundo Batany (1982), situaria o problema no nível da fala e não da língua.

<sup>3</sup> As traduções são da Bíblia de Jerusalém.

raciocínio de mulher”, essa mãe judia exorta cada um dos seus filhos “na língua dos seus pais”, muito embora, as mães judias, no tempo de Antíoco, falassem à sua prole mais em aramaico do que em hebraico (Batany, 1982). Gritos de guerra também eram entoados em “língua paterna” (Mc2 XII, 37). Embora de guerra, os hinos entoados tinham caráter litúrgico e, por isso mesmo, deviam ser pronunciados em hebraico. Em *Macabeus*, portanto, *patria voce* é a maneira de nomear a língua sagrada, o hebraico.

No século II d.C, conforme nos diz Lespchy (2001), o hebraico já havia sido substituído pelo aramaico como língua falada. Na modalidade de língua escrita, o hebraico permanece como língua escrita, bem como língua sagrada da Bíblia (Lespchy, 2001) – mas não durante muito tempo, pois, na Idade Média, os ocidentais não conheciam outro veículo para a Bíblia além do latim (Lobrichon, 2006). Lespchy (2001) compara o uso do hebraico ao do latim, no sentido de que ele não era uma língua morta, sendo empregado como língua literária, mas não como língua materna.

*Macabeus*, escrito originalmente em grego por volta de 160 a.C. por certo Jasão de Cirene, comportaria, segundo Batany (1982), um modelo moral inspirado em Esparta e Roma, aliado àquele dos judeus. Dessa forma, *patria voce*, a exemplo do *sermo patrius* para o latim dos romanos, nomearia o hebraico como língua da tradição patriótica (Batany, 1982). No entanto, na situação cultural da Alta Idade Média, a noção de pátria se conservou apenas nas marchas da cristandade (Batany, 1982). Assim, o mesmo clero que recupera *patria voce* do texto bíblico não deixa de dar ao vocábulo *patrius* um sentido religioso: o Pai celeste, a comunidade do Pai Celeste. Da maneira semelhante, também não deixam de dar à expressão *sermo patrius* um sentido religioso: a língua do Pai celeste, a língua da Igreja, a língua das escrituras.

Apesar das diferenças apontadas, Batany (1982) e Grondeux (2008) concordam que, na Idade Média, a expressão língua materna é forjada a partir de *sermo patrius*, forma de nomear o latim. No período medieval, esse *sermo patrius* será a língua da Igreja e, dado o lugar que ela ocupa na sociedade, também da cultura e da ciência. O *sermo patrius* é assim a língua de uma comunidade universal organizada em torno do papado. Descrevemos abaixo o caminho da Igreja a esse lugar de destaque na Idade Média.

Le Goff (2006) afirma que, na Idade Média, a noção de centro e a oposição centro/periferia são menos decisivas do que o sistema de orientação espacial que opõe o baixo ao alto, isto é, a terra dos homens pecadores, e o Céu, morada de Deus: Deus não está no centro, mas acima dele, assim, “o movimento mais proveitoso para o homem não é aquele que lhe permite chegar ao centro, mas aquele que, especialmente por meio da prece, eleva-o em direção a Deus e o faz atingir sua salvação, que se situa no Paraíso celeste” (p. 203). Deus não é o centro, mas o norte, para o qual a humanidade deve caminhar. Se Deus é o norte, a Igreja é a bússola. É ela quem, na qualidade de administradora da fé, conduz a humanidade à salvação, é ela quem aponta o Norte.

No século V, o papa Gilásio I efetua a divisão entre a *auctoritas sacrata pontificum* (“autoridade santa dos pontífices”) e a *regalis potestas* (“pode real”). À Igreja reserva-se o lugar de depositário da fé. Em matéria de religião, ninguém está acima dela. Mesmo o imperador, cujo poder era de origem divina, devia se submeter ao bispo de Roma:

Para os sacerdotes (“padres”), em geral, e para o bispo de Roma, em particular, Gelásio I contentou-se em reivindicar um campo de ação claramente determinado no qual o prelado supremo pudesse colocar-se

como guardião do que, segundo uma expressão paulina retomada no século XVI, seria definida como o *depositum fidei* (“depósito da fé”). Mesmo o imperador não tinha o direito invadir as atribuições nesse domínio reservado. (Arnaldi, 2006, p. 569)

Se a religião devia ser matéria exclusiva da Igreja, a “organização da disciplina pública” (cf. Arnaldi, 2006) cabia ao imperador. A princípio, mesmo os mais altos membros do clero deviam se submeter às leis do Império. Todavia, ao longo dos séculos IV e V, foram atribuídos aos bispos numerosos poderes temporais. O episcopado católico integra-se à organização burocrática do Império e, como mostra a falsa *Doação de Constantino*, passa a reivindicar o legado desse Império. A *Doação de Constantino* foi um documento falso redigido em Roma no pontificado de Paulo I (757-767). Segundo esse documento, Constantino (306-337) havia cedido ao papa Silvestre I e a seus sucessores o Palácio de Latrão, a cidade de Roma e todas as províncias, regiões e cidades da Itália e de todo o Ocidente, bem como os elementos constitutivos do cerimonial imperial, a fim de promover o primado do papa, permitindo, assim, a construção de uma “monarquia papal” (Arnaldi, 2006).

O estabelecimento da *doutrina dos dois poderes* e a falsa *Doação de Constantino* são dois episódios que demonstram bem o lugar que a Igreja pretendia ocupar “no mundo imperfeito e marcado pelo Pecado Original” (cf. LE GOFF, 2006). Podemos acrescentar a eles o sermão dirigido a Roma pelo papa Leão I (440-461) às vésperas da queda do Império Romano do Ocidente:

Foram eles [o apóstolo Pedro e o apóstolo Paulo, este também martirizado e sepultado em Roma] que o elevaram a essa glória, de modo que [...], tornada capital do mundo na qualidade de sede do bem-aventurado Pedro, pudesses, apoiando-se na religião divina, governar um espaço muito mais amplo do que o apoiasse na dominação terrestre. Na verdade, ainda que [...] tenha estendido sobre a terra e sobre o mar a lei do seu império, o que você submeteu pelo esforço guerreiro é menor do que o que foi submetido pela paz de Cristo. (*apud* Arnaldi, 2006, p. 570-571)

O desejo se cumpriu: A Igreja consegue chegar à Idade Média como a força mais poderosa da história. Segundo Barlett (2010), dizer que a Idade Média foi época religiosa não reflete bem a realidade: a Igreja não era uma associação de indivíduos com interesse comum, juntos por escolha. Ela era o próprio arcabouço da sociedade. Como intermediários de Deus, os padres ministravam os sacramentos, marcando as fases mais importantes na jornada do nascimento à morte. Apesar dos casos de corrupção e fraude, a influência da Igreja sobre a mente medieval permaneceu forte. A palavra da Igreja era a palavra de Deus. Ela podia absolver os pecados, proteger contra Satanás e enviar alguém para a guerra contra o Islã, cujos ensinamentos se tinham espalhado por locais como a China e a Espanha, e cujos exércitos sitiaram a cidade de Jerusalém

Na crônica das guerras santas, encontramos o primeiro registro da expressão língua materna na Idade Média. Guiberto de Nogent, no seu relato da primeira cruzada, *Gesta Dei per Francos* (1104-1108), opõe *materno sermone a litterali eloquentiae e latinae locutionis*, afirmando a respeito do papa Urbano II:

*eius enim scientiae litterali eloquentiae cooperabatur agilitas, non enim minor ei videbatur in Latinae prosecutione locutionis ubertas quam forensi cuiilibet potest esse in materno sermone pernitas.*

“O domínio que ele tinha de sua cultura desempenhou um papel importante na sua capacidade de falar a eloquência literária. Parecia realmente que nenhum leigo poderia ter, em sua língua materna, tanta facilidade, como o Papa tinha na prática da locução latina.<sup>4</sup>”

Guibert de Nogent foi leitor de Ovídio e nesse último pode ter encontrado a expressão *maternae linguae*, a partir da qual cria a expressão *sermo maternus*, locução mais próxima do antigo *sermo patrius* (Grondeux, 2008). No texto de Nogent, há uma associação entre *litterali eloquentiae* (“eloquência literária”) e *latinae locutiones* (“locução latina”), e uma oposição entre essa série e o *materno sermone* (“língua materna”). Assim, ao mesmo tempo em que a *locução latina* é a *eloquência literária*, a *locução latina* e a *eloquência literária* não são a *língua materna*. O *sermo maternus*, segundo Nogent, é praticado pelos leigos, que, na divisão da sociedade medieval, não faziam parte do corpo da Igreja, ao passo que é justamente o papa Urbano II, líder da Igreja, quem pratica a *litterali eloquentiae*, a *latinae locutionis*. A distinção entre clero e leigos está na base da sociedade medieval. Segundo Jean-Claude Schmitt:

De natureza inicialmente religiosa, já que ela se refere aos diferentes estatutos e funções no interior da *ecclesia* entendida como a reunião de todos os cristãos, esta distinção atinge na realidade todo o funcionamento da sociedade: ela concerne estatutos jurídicos, formas de cultura, modos de vida distintos. Ela é ainda mais fundamental na medida em que tende a aplicar aos homens uma divisão bem mais geral que caracteriza todas as representações do mundo cristão: entre o espiritual e temporal, sagrado e profano e, em suma, entre Deus e os homens. (2006, p. 237)

O *sermo maternus* marca uma diferença não apenas entre leigos e clero, mas, principalmente, entre homens e Deus. Na verdade, a criação do termo *sermo maternus* já é uma manifestação dessa diferença. Explicamos: são aqueles que empregam a *latinae locutionis* que cunham a expressão *sermo maternus*, são aqueles que empregam o latim que traçam uma distinção entre essa língua e aquela chamada materna. A expressão aparece em latim, nos textos de membros da Igreja, para nomear tudo aquilo que não é latim. Como não existe, no pensamento medieval, o “fora da Igreja”, a distinção entre latim e *língua materna* marca uma diferença entre modos de vida, proximidade com Deus, instrução, acesso à escrita, entre outros.

Ao falarmos em “proximidade com Deus”, estamos pensando em questões como leitura e interpretação das Escrituras, administração da Igreja e de um espaço universal criado em torno do poder papal. Assim, seriam, nesses termos, mais próximos de Deus aqueles que podem ler a palavra de Deus, de explicar a palavra de Deus, de falar – pela Igreja – por Deus. Poder ler e explicar a palavra de Deus, e assim falar por Ele, está diretamente ligado à intimidade com a escrita. Lê-se e explica-se, cada vez menos, a palavra de Deus em latim. Perdido enquanto fala natural, o acesso ao latim se dá pelo aprendizado nos bancos das escolas medievais. Nessas escolas, os instrumentos pedagógicos por excelência, conforme Lusignan (1987), são o livro e a gramática latina. Destarte, a proximidade com Deus de que falamos se dá pela familiaridade com a escrita.

<sup>4</sup> A partir de agora, todas as traduções são nossas.

No *Gesta Dei per Francos* de Guibert de Nogent, o *sermone materno* seria mais fácil do que a *latinae locutiones*, afinal, ele afirma que “nenhum leigo poderia ter, em sua língua materna, tanta facilidade, como o papa tinha na prática da locução latina”, ou seja, o papa tinha mais facilidade na prática da *locução latina* do que o leigo tinha facilidade na prática da sua *língua materna*, mas não porque a *locução latina* fosse mais fácil do que a *linguagem materna*. Pelo contrário, é que Urbano II seria tão sábio, que, mesmo no emprego da *locução latina*, ainda que mais difícil – afinal é ela a *eloquência literária*, aprendida através do domínio de uma cultura pautada na escrita –, ele teria mais facilidade de se expressar do que o leigo quando emprega sua *língua materna*. Para Guibert de Nogent, seria esperado o contrário, isto é, que o leigo tivesse mais facilidade de se expressar, afinal o leigo fala a *língua materna*, mais fácil, aprendida sem o intermédio da escrita e tudo aquilo que vem junto com ela.

Em Nogent, temos, de um lado, a *facilidade* da *língua materna*, língua dos leigos; de outro, a *laboriosa* língua do papa, por conseguinte da Igreja, a *eloquência literária*, a *língua latina*, enfim, o latim, ao qual a escrita era associada, estando, por sua vez, as práticas da escrita – e da leitura – sob o controle da Igreja. Levamos aqui em consideração a afirmação de Auroux (1992), segundo a qual não haveria oposição, mas circulação entre o latim e os vernáculos. Dessarte, a narrativa de Guibert de Nogent nos mostra que latim e vernáculos são enxergados e avaliados de maneiras bem diferentes.

Ainda que a fragmentação do Império Romano tenha provocado “o desaparecimento do papel vernacular do latim e o aparecimento das línguas neolatinas”, (Auroux, 1992, p. 41), ele permanece por séculos como língua da administração, da cultura intelectual e da vida religiosa. Por toda a Idade Média, “vai subsistir um equilíbrio entre um latim – cada vez mais abstrato, objeto de uma gramática teórica – língua conceptualmente sofisticada do saber letrado, do poder e da religião, e vernáculos que se aprendem na prática da vida” (Auroux, 1992, p. 46).

A Igreja, ciente do desaparecimento do papel vernacular do latim, intervém para que a pregação não se restringisse a essa língua. *Sermonem facit materna lingua ad intelligendum omnibus* (“Que o sermão se faça em língua materna para ser entendido por todos”), consta no *Coutumier de Springierbach-Rolduc* (1123-1128). Para ser entendido por todos, o sermão deve ser feito, não em latim, mas em *materna lingua*, em *língua materna*, no *vernáculo*.

Estamos diante de uma tensão: enquanto o latim é a língua da comunidade universal reunida em volta do papado, a *língua materna* é cada vez mais usada para pregar a palavra de Deus. Todavia, a *língua materna* não substituirá o latim como veículo para a pregação. O Pai celeste fala através da Igreja em latim, mas sua mensagem é *traduzida* em *língua materna* por essa mesma Igreja. Fala-se em latim, traduz-se em *língua materna*.

No relato de Hesso sobre Concílio de Reims (1119), durante muito tempo considerado o registro mais antigo da expressão *língua materna*, encontramos novamente uma polarização: de um lado a *língua materna*, de outro o *latim*. Mais uma vez, a necessidade de traduzir a palavra de Deus:

*Quod cum prudenter episcopus Ostiensis perorasset, iterum Catalaunensis episcopus ex praecepto domni papae hoc idem clericis et laicis materna lingua exposuit.*

“Depois de o bispo de Ostia ter discursado com prudência, novamente o

bispo de Catalunha, conforme ordenado pelo papa, repetiu a mesma coisa aos clérigos e aos leigos na língua materna”.

Se antes, a *língua materna* era associada aos leigos enquanto o latim era associado ao clero, agora, ao lado dos leigos, o clero é caracterizado pelo uso da *língua materna* e pelo não uso do latim, de forma que a tradução do latim para a *língua materna* é também direcionado ao clero, ou parte dele. A relação entre clero e latim/língua materna é bem mais complexa do que aquela que conseguimos expor no espaço limitado deste artigo.

A língua vernácula ocupou um lugar importante na comunicação no interior do clero. De forma semelhante, o próprio aprendizado do latim na Idade Média é intermediado pelos vernáculos (Lusignan, 1987). De qualquer forma, como vimos, a *materna lingua* era posta em oposição ao latim, e a esse último estava associada a escrita, sendo, por sua vez, as práticas da escrita – e da leitura – controladas pela Igreja.

O latim era língua da cultura letrada de uma diminuta parte da população e, como diz Auroux (1992, p. 46), ele “estará em perigo desde que atividades sociais tomem importância, as quais, reclamando-se escritura e técnicas intelectuais, formarão uma esfera estranha à Igreja (o comércio)”. Nesse momento, novas redes de sentido são estabelecidas quando se fala de *língua materna*.

### 3) A expressão *língua materna* nas línguas maternas

Quando o acesso direto aos textos sagrados torna-se uma realidade, pela Reforma, a palavra de Deus, antes em latim, pode ser não apenas ouvida, mas lida em língua materna. Novamente, outra reorganização das redes de sentido, porque a língua materna também passa a ser portadora da palavra sagrada. E mais, língua materna passa a ser dita em língua materna, melhor dizendo, a língua materna diz língua materna e não simplesmente é dita em latim – Dante, por exemplo, usará *parlar materno* na sua obra maior, a Divina Comédia. E mais: a expressão começa a ser usada pelos leigos, aparecendo em textos de intelectuais que não faziam necessariamente parte do clero.

Em Dante Alighieri, no seu tratado *De vulgari eloquentia* (1302-1305), aparecem *materno locutio* e *materna vulgare*, ambos em oposição à *gramática*, considerada *artificial*, e por isso menos nobre do que a *língua materna*, considerada *natural*. No tratado dantesco, em um primeiro momento, *língua vulgar* aparece em oposição à gramática:

*I. 2. Sed quia unamquamque doctrinam oportet, non probare, sed suum aperire subiectum, ut sciatur quid sit super quod illa versatur, dicimus celeriter attendentes quod **vulgarem locutionem** appellamus eam quam infantes adsuefiunt ab adsistentibus, cum primitus distinguere voces incipiunt; vel quod brevius dici potest, vulgarem locutionem asserimus, quam sine omni regula, nutricem imitantes, accipimus. 3. Est et inde alia locutio secundaria nobis, quam Romani **gramaticam** vocaverunt. Hanc quidem secundariam Greci habent et alii, sed non omnes. Ad habitum vero huius pauci perveniunt, quia non nisi per spatium temporis et studii assiduitatem regulamur et doctrinamur in illa.*

*I. 2. Porém, não sendo preciso provar cada doutrina, mas esclarecer a sua ideia, para que todos saibam do que se trata, dizemos, de imediato*

*reagindo, que chamamos **língua vulgar** a que as crianças aprendem com seus familiares, tão logo balbuciam as primeiras palavras: ou, abreviando, chamamos de vulgar a linguagem que adquirimos sem nenhuma regra, apenas imitando a ama. 3. Também existe uma outra linguagem, para nós secundária, que os Romanos chamam de "**gramática**". Também os Gregos e outros, mas não todos, possuem esta linguagem secundária; mas poucos conseguem habituar-se a ela, pois somente o tempo e a assiduidade no estudo nos preparam para ela, e desta forma a aprendemos.*

Logo em seguida, *língua materna* aparece como aposto de *língua vulgar*, logo, também em oposição à gramática e seu caráter artificial:

*VI. 2. In hoc, sicut etiam in multis aliis, Petramala civitas amplissima est, et patria maiori parti filiorum Adam. Nam, quicumque tam obscene rationis est ut locum sue nationis delitiosissimum credat esse sub sole, hic etiam pre cunctis proprium vulgare licetur, idest **maternam locutionem**, et per consequens credit ipsum fuisse illud quod fuit Ade.*

*VI. 2. Nesta coisa e em muitas outras, a mui extensa cidade de Petramala é a pátria para a maioria dos filhos de Adão. Pois ninguém, mesmo aquele dotado de uma vil razão, julga haver lugar mais delicioso sob o sol do que a terra onde nasceu; mesmo a este, entre os demais, será lícito o uso da **língua vulgar**, isto é, a **língua materna**; e por isso cremos ter sido esta a que Adão utilizou.*

No tratado de Dante, a gramática, que não seria possuída por todos, é caracterizada como secundária, sendo necessária uma preparação para seu aprendizado. A gramática, assim, seria aprendida apenas por meio do estudo, ao passo que a *língua materna*, língua dada por Deus, seria aquela adquirida sem regras, sem o intermédio do estudo, por meio de imitação, no seio da família. De um lado, uma língua dada por Deus, aprendida por imitação no meio familiar, a *língua materna*, de outro uma língua aprendida por meio de estudos e, nesse sentido, artificial, a gramática.

Por fim, *língua materna* aparece em oposição ao *vulgar ilustre*:

*XIV. 7. Inter quos omnes unum audivimus nitentem divertire a **materno** et ad **curiale vulgare** intendere, videlicet Ildebrandinum Paduanum.*

*XIV. 7. Dentre estes, somente um vimos que procurava se afastar da **linguagem materna** e utilizar o **vulgar ilustre**: Aldobrandino de Padua.*

Segundo Dante, a linguagem exige homens semelhantes a ela. Dessa forma, o vulgar ilustre seria a língua falada pelos homens ilustres. Quem são os homens ilustres? Para Dante, os poderosos e nobres e os poetas excelentes. Para esses, o vulgar ilustre, para todos os outros, a *língua materna*.

Como parte do grande empreendimento de traduções de obras antigas na corte de Carlos V, Nicole de Oresme (1361) traduz para o francês as *Éticas*, de Aristóteles, e emprega a expressão *langage commun et maternel*, ao falar do latim. Agora, o latim é chamado, em *língua materna*, *língua materna*.

No manuscrito datado de 1488, posteriormente ao falecimento do tradutor, portanto, obra de algum copista, no lugar de *maternel*, aparece *naturel*, fazendo, como Dante, uma

aproximação entre *língua materna* e *língua natural*, ou seja, o latim é uma *língua materna* na qualidade de uma *língua natural*, ou melhor, na condição de *língua natural*, o latim é uma *língua materna*.

Tanto em Dante quanto em Nicole de Oresme, os sentidos de *língua materna* são atravessados pelos sentidos de natural. Essa relação repete-se de forma mais explícita em Rabelais, na sua obra *Gargantua e Pantagruel* (1532-1552).

Personagens de Rabelais, Pantagruel pergunta a Panurge se, além de dominar tantas línguas, falaria também o francês. Panurge responde:

*Si fais très bien, seigneur. Dieu merci, c'est ma langue naturelle et maternelle, car je suis né et ai été nourri jeune au jardin de France, c'est Touraine.*

Como vemos, em Rabelais – e a partir dele –, *língua materna* não está sendo estabelecida em relação ao latim, mas em relação a outros vernáculos. Panurge explica que tem o francês como *língua materna* e *língua natural* por ter nascido e ter sido nutrido nos jardins da França. Por oposição ao que é de fora, ao estrangeiro, e pela relação íntima com o lugar onde se nasce, se constitui a *langue naturelle et maternelle* de Panurge. Nessas condições, o francês não apenas é para ele *língua materna*, mas também *língua natural*.

Não apenas nos textos dos intelectuais medievais aparece a expressão *língua materna*. A partir do século XV, na França, ela também aparecerá nos textos de lei. Na passagem de uma justiça oral e local a uma justiça nacional e escrita, as Ordenanças francesas de *Montil-les-Tours* (1454), *Moulins* (1490), *Villers-Coterêts* (1539) impõem que as operações jurídicas sejam postas por escrito.

A Ordenança de *Moulins* abole *en tout le pays de Languedoc* o emprego do latim nas transcrições, determina que elas sejam redigidas “*par escrit en langage François ou maternel*” (“por escrito em linguagem francesa ou materna”), enquanto que a de *Villers-Coterêts* exige que todas as operações jurídicas sejam *enregistrés et délivrés aux parties en langage maternel français et non autrement* (“registradas e divulgadas às partes em linguagem materna francesa e não outra”).

Vemos nesses textos de lei o reconhecimento de que, para ser uma língua do Estado, é necessário prover a *língua materna* de escrita. Provida de escrita, a *língua materna* passa, evidentemente, a se relacionar de uma maneira diferente com o latim, assumindo espaços até então exclusivos a esse último. Essa virada, que vai se estabelecer no Renascimento, é justamente o que leva à gramatização dos vernáculos, como afirma Auroux (1992).

#### 4) Construindo uma hipótese

Se na Antiguidade era o *patrius sermo* que os antigos usavam para exprimir sentidos como *língua geral*, *língua comum*, *língua da tradição*, é diante de *patrius sermo* que, em um duplo movimento, se forja a *materna lingua*: a partir da *língua paterna*, pensada enquanto estrutura, surge, a *língua materna*, um outro todo organizado, pois do latim nascem os vernáculos. E, na medida em que latim e vernáculos são línguas diferentes e que o *patrius sermo* é, a um só tempo, uma língua e um discurso sobre a língua, da mesma forma, no confronto com o *patrius sermo* se ergue a *materna lingua* como língua e também como um discurso sobre a língua.

Se a produção de uma língua e a produção de conhecimento sobre essa língua são processos inseparáveis (Orlandi, 2001), no emergir da expressão *língua materna*, novos sentidos – de língua(s) e de falante(s), mas não apenas – são estabelecidos, sentidos que se projetam sobre outros sentidos, constituindo, segundo Orlandi (2007, p. 54), “outras possibilidades dos sujeitos se subjetivarem”.

A despeito do discurso sobre a *língua paterna*, o latim muda, e suas novas formas, à medida que começam a ser percebidas, são taxadas e recebem certos nomes, criando-se, finalmente, a expressão *língua materna*. Diante da *língua do Pai*, entre aqueles mais próximos e os mais afastados de Deus, há aqueles que falam por Deus e aqueles que ouvem o que Deus diz através da Igreja. Em suma, a Igreja fala por Deus em latim. Na *língua materna*, há a tradução da palavra de Deus. No latim, há a própria palavra de Deus, as gramáticas, os tratados de lógica e retórica, em suma, todas as atividades intelectuais e científicas que tem como suporte a escrita. O espiritual e o temporal, o que está ligado ao céu e o que está ligado à terra, o que permanece e o que muda. Deus e humanidade...

## Referências

- ALIGHIERI, D. *Da linguagem vulgar*. [S.L.]: eBooksBrasil, 1999.
- ARNALDI, G. Igreja e papado. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. V. 1. pp. 567-589
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- BARLETT, R. *Inside de medieval mind*. Londres: BBC, 2010. Programa de TV.
- BATANY, J. Oral/escrito. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. V. 1. pp. 383-395
- \_\_\_\_\_. L'amère maternité du français medieval. *Langue Française*. Vol. 54, N. 1. pp. 29-39, 1982.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2. ed. São Paulo: Paulus Editora, 2002.
- GRONDEUX, A. La notion de langue maternelle et son apparition au Moyen Age. In: *Zwischen Babel und Pfingsten / Entre Babel et Pentecôte*, ed. Peter Von Moos, Zurich, Berlin, Lit Verlag, 2008. pp. 339-356
- GUIMARÃES, E. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2004.
- HUYGENS, R.B. *Guibert de Nogent, Dei gesta per Francos et cinq autres textes*. Turnholti Brepols, 1996.
- JOURDAN. *Récueil général des anciennes lois françaises*. Paris: Belin-Leprieur, 1821. 29 v.
- LE GOFF, J. Centro/Periferia. In: In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. V. 1. pp. 201-217
- LEPSCGY, G. Mother tongues and literary languages. *The Modern Language Review*. V. 96. Nº 4, 2001. p. 33-49.

LOBRICHON, G. Bíblia. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário temático de ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. pp. 105-117

LUSIGNAN, S. *Parler vulgairement: les intellectuels et la langue française aux XIIIe et XIVe siècles*. 2. ed. Paris, Librairie philosophique J. Vrin, 1987.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas, Pontes, 2007

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um Espaço de Produção Linguística: a gramática no Brasil. In: Orlandi, P. *Eni História das Idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Mato Grosso, Pontes, 2001. p. 7-19

RABELAIS, F. *Gargantua et Pantagruel*. Paris: Bibliothèque Larousse, 1913.

SCHMITT, J. C. Clérigos e leigos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2006. V. 1. pp. 237-251

TOMBEUR, P. *Maternitas dans la tradition latine*. CLIO. Histoire, femmes et sociétés, Toulouse, N. 21. pp. 1-6, jun. 2005, disponível em <<http://clio.revues.org/index1454.html>> acesso em: 28 de abril de 2010.